

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO JESUÍTICA**

**JULIANA MACÊDO LIMOEIRO**

**A MEDIAÇÃO ESCOLAR DOS ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA E  
PEDAGOGIA:**

**Desafios e contribuições para a educação inclusiva no Colégio Antônio Vieira**

**Salvador**

**2025**

JULIANA MACÊDO LIMOIRO

**A MEDIAÇÃO ESCOLAR DOS ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA E  
PEDAGOGIA:**

**Desafios e contribuições para a educação inclusiva no Colégio Antônio Vieira**

Artigo acadêmico apresentado ao Programa de Especialização em Educação Jesuítica da Universidade do Vale do Rio Sinos – UNISINOS. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Maria Margareth Rodrigues dos Santos.

Salvador

2025

# **A MEDIAÇÃO ESCOLAR DOS ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA E PEDAGOGIA:**

## **Desafios e contribuições para a educação inclusiva no Colégio Antônio Vieira**

Juliana Macêdo Limoeiro\*

Prof<sup>a</sup>. Maria Margareth Rodrigues dos Santos\*\*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar o trabalho de mediação escolar dos estagiários de contratados pelo Colégio Antônio Vieira para apoiar a educação dos alunos com necessidades especiais. Foram evidenciados os desafios e contribuições do trabalho destes profissionais no ambiente escolar, bem como foram propostas sugestões para suprir as lacunas presentes na análise desse estudo, baseados na visão do Setor de Gestão de Pessoas com apoio do Serviço de Orientação Educacional. A pesquisa foi realizada através de dados qualitativos coletados por meio de entrevista semiestruturada, pesquisa bibliográfica, artigos científicos, revistas virtuais e documentos da Rede Jesuíta de Educação. Como desafios foram destacados a alta rotatividade e o tempo limitado de estágio, a postura de grande parte dos estagiários da geração Z e a falta de formação técnica específica, pontos que afetam a continuidade e eficácia do acompanhamento dos alunos de inclusão. Como contribuição do trabalho desses, foram identificados: o apoio exclusivo aos alunos com maior necessidade de suporte devido à possibilidade de contratação em alta demanda; conteúdos atualizados e familiaridade com ferramentas tecnológicas que auxiliam no processo educativo. Foram propostas estratégias de melhoria alinhadas aos princípios da pedagogia inaciana, como a formação continuada dos estagiários e demais profissionais de apoio, com foco no desenvolvimento de competências socioemocionais, técnicas e no conhecimento sobre a geração Z; a implementação de um relatório contínuo de acompanhamento dos alunos e a criação de um núcleo de inclusão na escola, fortalecendo a colaboração entre os setores e promovendo um ambiente escolar mais sustentável.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Estagiário; Inclusão; Orientação Educacional; Pedagogia Inaciana.

**SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO; 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA; 2.1 Educação inclusiva e os desafios das escolas; 2.2 A educação jesuíta como diferencial como um modelo que contempla formação integral; 3 METODOLOGIA; 4 RESULTADOS; 5 DISCUSSÃO; 5.1 Desafios da mediação escolar dos estagiários; 5.1.1 Alta rotatividade e tempo limitado de estágio; 5.1.2 O perfil da “Geração Z” e o mercado de trabalho; 5.1.3 O déficit na competência técnica dos estagiários; 5.2 Contribuições da mediação escolar dos estagiários; 5.2.1 Suporte exclusivo aos alunos; 5.2.2 Atualização em relação a conteúdo acadêmico; 5.2.3 Conexão com ferramentas atuais; 5.3 Sugestões de alternativas viáveis; 6 CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS**

---

\* Psicóloga, analista de Gestão de Pessoas, especialista em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional. E-mail: juliana.limoeiro@cav-ba.asav.org.br

\*\* Professora orientadora Ms. em Gestão Educacional em Teresina/PI. E-mail: rethsantos@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um tema atual, necessário e indispensável de se discutir e pesquisar, pois representa um avanço significativo na promoção da equidade dos alunos no ambiente escolar. Segundo Silva e Carvalho (2017, p. 1) "a educação inclusiva garante, por lei, o direito de acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, dentre outras".

Entende-se, então, que uma escola inclusiva deverá garantir aos direitos dos alunos com deficiências e necessidades especiais, atendendo cada um de acordo com suas particularidades e necessidades, e colaborando com o desenvolvimento cognitivo, social e comportamental desses, utilizando de recursos adaptados para cada situação.

Tratando-se das instituições de ensino da Rede Jesuíta de Educação, com o presente estudo referido à unidade Colégio Antônio Vieira, pode-se considerar a educação inclusiva pautada na pedagogia inaciana, com a proposta de uma educação centrada na formação integral do sujeito, nos âmbitos acadêmico, socioemocional e espiritual-religioso. Essa abordagem pedagógica valoriza o acompanhamento individualizado, o cuidado com o outro e o compromisso com a transformação social. Aplicada à educação inclusiva, ela oferece caminhos para uma prática pedagógica mais empática, crítica e transformadora, que reconhece e valoriza as singularidades de cada estudante.

Nesse contexto, a educação inclusiva, para atender às demandas dos alunos com necessidades especiais, conta com o apoio de colaboradores mediadores para fazer e/ou aplicar as adaptações necessárias para garantir a participação efetiva dos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas no processo de aprendizagem. Esse profissional mediador se torna uma ponte entre o aluno, família, profissionais de saúde, e os demais setores envolvidos nos processos pedagógicos do ambiente escolar.

No Colégio Antônio Vieira, esses mediadores são estagiários dos cursos de Psicologia e Pedagogia com supervisão das duas Orientadoras Educacionais formadas e com conhecimento técnico sobre inclusão, uma atuando do 1º ao 7º ano do Ensino Fundamental e a outra do 7º ano do Ensino Fundamental vespertino à 3ª série do Ensino Médio.

Pensando nos desafios de gerir uma equipe de estagiários mediadores, considerando suas possíveis limitações comportamentais e técnicas e nos benefícios de contratar esse tipo de profissionais, foi feito esse estudo para avaliar, com base em dados qualitativos (entrevistas, observações e documentos institucionais), os principais desafios

e contribuições da atuação dos estagiários mediadores no processo de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais no Colégio Antônio Vieira, propondo melhorias sustentáveis para o aprimoramento do serviço.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A educação é um direito de todas as pessoas, conforme preceitua a Constituição Federal, em seu artigo 205, que afirma expressamente que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Garantir esse direito de forma equitativa, porém, é um trabalho árduo, amparado por leis que vem sendo atualizadas constantemente e contextualizado por novas teorias para aperfeiçoamento de práticas nesse sentido.

Entretanto, conforme afirma Uchôa e Chacon (2022, p. 2), “a identidade das pessoas com deficiência nem sempre é reconhecida, sendo colocada para fora do contexto social e educacional.” Para suprir essa lacuna, a Educação Inclusiva surge como um reconhecimento das diferenças, inclusive das pessoas com deficiência, criando um contexto de serviços, recursos e práticas pedagógicas para promover, na medida do possível, a equidade no ensino e aprendizagem, minimizando essa exclusão.

Nesse interim, com a preocupação de atender às leis vigentes no Brasil e tornar a sociedade preparada para receber e incluir as pessoas com deficiência, as escolas de educação básica vêm se movimentando para criar práticas pedagógicas compatíveis para uma educação verdadeiramente inclusiva. Porém, não são práticas fáceis, e existem muitas lacunas entre o que é o ideal do que é real nas escolas. Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020), citam estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014), que demonstraram, de 2003 a 2015, um aumento na quantidade de crianças com deficiências matriculadas no Brasil.

A Educação Inclusiva é amparada, dentre outras, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de n.º 9.394/1996 que no seu art. 58 define, em seus termos, a educação especial como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996).

Nesse contexto, a Educação Inclusiva no Brasil tem o amparo legal, também, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Sancionada em 2015 e em vigor desde 2016, a Lei nº 13.146 justifica teorias e práticas dentro do ambiente escolar.

[a Lei Brasileira de Inclusão] destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e a cidadania. Essa determinação envolve todos os níveis de ensino da escola regular, seja ela pública ou privada. A lei traz ainda uma série de inovações na área da educação, como: multa e reclusão a gestores que neguem ou dificultem o acesso de estudantes com deficiência a uma vaga, proibição de cobrança de valor adicional nas mensalidades e anuidades para esse público e a oferta de um profissional de apoio quando necessário (Instituto Rodrigo Mendes, 2025).

A escola, portanto, desempenha um papel fundamental na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, sendo indispensável, deste modo, que se prepare para acolher a diversidade dos estudantes em todas as suas dimensões, atendendo a demandas de adaptações de espaços físicos, recursos, tecnologias, pessoas – destacando-se, nesse sentido, a formação, inclusive continuada – e práticas pedagógicas.

A ambiência escolar precisa se organizar para suprir as necessidades específicas de cada aluno, de modo que promova a equidade, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. Essa visão corrobora com os princípios da educação inclusiva, não se limitando à presença do estudante em sala de aula, mas assegurando, também, a sua participação efetiva e pertencimento no contexto escolar.

Os estudantes protegidos pela Lei da Inclusão, portanto, precisam ser inseridos no ambiente escolar de forma que participem ativamente do meio social, com autonomia para exercerem seus papéis. Para isso, em alguns casos, faz-se necessário o acompanhamento de uma pessoa preparada no ambiente escolar, que realize a mediação e dê o suporte no acolhimento e assistência para o desenvolvimento da autonomia do aluno, estimulando-o no aspecto cognitivo, pedagógico, comportamental, social e psicológico.

A Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), instituiu as Diretrizes Operacionais para Atendimento Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Brasil, 2009) e, conforme destaca Bezerra (2020), legitimou a existência de outros profissionais não docentes para a efetivação do modelo de inclusão escolar.

Bezerra (2020, p. 678) afirma que, conforme o local, esse acompanhante pode ter diversos nomes “tais como: cuidador, monitor, mediador, estagiário mediador, auxiliar de ensino, auxiliar de vida escolar, atendente, acompanhante especializado, dentre outros, segundo têm revelado estudos sobre o tema”. Como não existe uma conformidade em relação à formação desse acompanhante, muitas instituições de educação básica contratam estagiários para ficarem na sala de aula e demais espaços da escola, monitorando as ações e realizando as intervenções necessárias ao aluno com necessidade especial, sendo estas contratações amparadas pela lei do estágio (Brasil, 2008).

Silva (2025) também afirma que, sendo o profissional de apoio importante na dinâmica escolar, este não precisa de formação acadêmica especializada na área, mas é recomendável que tenha conhecimento na área pedagógica ou psicológica para melhor atuar com os alunos de inclusão. A partir dessa lógica, considera-se a contratação de estagiários de Psicologia e Pedagogia para tal.

## **2.1 Educação inclusiva e os desafios das escolas**

Não são poucos os desafios das escolas de educação básica para atender às demandas da educação inclusiva. Como dito anteriormente, o real está ainda longe de se parecer com o ideal, que seria uma estrutura de equidade, em que os alunos com necessidade especiais possam usufruir de recursos pedagógicos, sociais, tecnológicos e humanos capazes de coloca-los em situação de inclusão social, minimizando os efeitos das diferenças presentes neste contexto e democratizando a educação.

A exclusão das pessoas do processo educativo escolar é algo que se dá por vários motivos. A escola, instituição criada socialmente, reflete os interesses econômicos, políticos, sociais e científicos dos homens ou de grupos de homens. Estes interesses organizaram um sistema de ensino que não cabe todas as pessoas e por razões que estão localizadas nas próprias pessoas, são elas que trazem em si o motivo da exclusão, como a pobreza, a dificuldade de aprendizagem, a anormalidade, a deficiência, os comportamentos agressivos, a marginalidade, a “falta” de cultura (Guimarães, 2022, p. 18).

Um dos pontos desafiadores da educação inclusiva é a disponibilização de recursos e investimentos das escolas. É necessário em seu quadro de colaboradores docentes capacitados e especializados em temas voltados à educação inclusiva, às deficiências e transtornos emergentes no ambiente escolar para que saibam trabalhar com as diferenças e os ritmos de aprendizagem de todos os alunos. Quando seus professores não possuem essa formação, é conveniente que a instituição ofereça os cursos ou recursos para que os façam externamente. Além disso, os colaboradores não docentes que apoiam

estes alunos e professores no seu cotidiano, também devem conhecer sobre o tema, para realizar as intervenções necessárias.

Dentro das próprias escolas, faz-se pertinente, também, a formação continuada de seus colaboradores, já que os temas voltados à inclusão são constantemente atualizados.

Guimarães (2022) afirma que o aluno, ao entrar no espaço escolar, encontra além da sala de aula, outros espaços e momentos de aprendizagem. Deste modo, as escolas precisam, também, lançar mão de recursos para modificar suas infraestruturas para atender às demandas dos alunos com necessidades especiais, como adaptação de espaço físico, iluminação, som, espaços sociais e espaços de aprendizagem.

Além disso, é necessário o uso de tecnologias assistivas para estes alunos. Conte e Basegio (2015) observam que o conceito de tecnologia assistiva é caracterizado como área de conhecimento interdisciplinar que envolve recursos e práticas que promovam uma funcionalidade que permitam a participação da “pessoa com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, à melhora da qualidade de vida e à inclusão social” (Brasil, 2009). Exemplos de tecnologia assistiva são aplicativos de comunicação alternativa, jogos sensoriais, plataformas e softwares de aprendizagem personalizados, leitores de telas, dentro outros.

Existe, ainda, o desafio social embutido nas práticas escolares com os alunos com necessidades especiais, diante do risco de incorrerem, as próprias escolas, em [práticas] excludentes. Guimarães (2022) sintetiza que a atribuição de identidades circunscritas às características de alunos especiais, com necessidades educacionais particulares, acaba classificando-os nos grupos de “excluídos”. Ainda, para tal, pressupõe-se a atribuição, em contrapartida, de identidades ditas como normais, o que de certa forma determina privilegiados e justifica a exclusão dos demais.

[...] a educação inclusiva questiona a artificialidade das identidades normais e entende as diferenças como resultantes da multiplicidade. Trata-se de uma educação que garante o direito à diferença e não à diversidade, pois assegurar o direito à diversidade é continuar na mesma, ou seja, é seguir reafirmando o idêntico, ou seja, “a diversidade na escola comporta a criação de grupos de idênticos, formados por alunos que têm uma mesma característica, selecionada para reuni-los e separá-los”. Quando se fala em uma escola inclusiva como aberta à diferença, elimina-se a possibilidade de agrupar alunos e de identificá-los por uma de suas características (por exemplo, a deficiência ou gênero), valorizando alguns em detrimento de outros e mantendo escolas comuns e especiais (Ropoli; Mantoan; Santos; Machado, 2010, p. 9 *apud* Guimarães, 2022, p. 27).

Sendo assim, a própria prática pedagógica diferenciada para esses alunos os coloca em posição de exclusão, pois a maioria das escolas não são inclusivas de fato. Os modelos tradicionais da educação, em que o aluno é idealizado e o ensino parametrizado,

torna o diferente como inferior, excluído e problemático e ainda são praticados, mesmo no tempo atual.

Santos *et al.* (2025), ao tratarem de educação inclusiva e a formação de redes de apoio escolar, explanam sobre as barreiras pedagógicas e sociais na inclusão de alunos com necessidades especiais, como a falta de apoio da comunidade escolar, família e sociedade e suas consequências, como o comprometimento da aprendizagem e exclusão social.

Portanto, a família, a comunidade, os profissionais especializados das diversas áreas e as políticas públicas têm papéis essenciais nesse contexto. A partir dessa rede, busca-se promover a equidade para esses alunos, o que ainda é uma realidade distante do ideal, mas que vem melhorando conforme os estudos e práticas sobre as pessoas com deficiência vem se aprimorando, bem como o interesse da sociedade e as leis que garantem esses direitos.

Silva e Oliveira (2022, p. 80) *apud* Santos *et al.* (2025) citam a formação de grupos de apoio psicológico e pedagógico especializados e personalizados para os alunos com deficiências como iniciativas para favorecer o desenvolvimento acadêmico, social e emocional destes, servindo também como rede de apoio.

Portanto, são muitos os desafios que as escolas precisam enfrentar para tornar a educação inclusiva de fato, considerando não só os alunos com necessidades especiais, mas também os demais.

## **2.2 A educação jesuíta como diferencial como um modelo que contempla formação integral**

A Educação Jesuíta é um modelo pedagógico que visa à formação integral do ser humano, promovendo o desenvolvimento do aluno nas três dimensões: cognitiva, socioemocional e espiritual-religiosa. Conforme reafirma o Colégio Antônio Vieira, da Rede Jesuíta de Educação (RJE), a missão das instituições jesuítas é a de “promover educação de excelência, inspirada nos valores cristãos e inicianos, contribuindo para a formação de cidadãos competentes, conscientes, compassivos, criativos e comprometidos”. Essa missão busca, não apenas o desenvolvimento acadêmico do aluno, mas promove valores éticos e sociais, preparando os estudantes para atuar de forma responsável e transformadora na sociedade.

O Projeto Educativo Comum (PEC) da RJE, lançado em 2016 e atualizado em 2021, orienta as práticas pedagógicas nas unidades da rede, com ênfase na aprendizagem integral e na excelência humana e acadêmica dos estudantes. Esse documento destaca a importância de um currículo dinâmico, vivo, que dialoga com os desafios contemporâneos, construindo sentido e ações transformadoras na sociedade, em que os alunos sejam comprometidos no cuidado com o outro, com justiça e solidariedade (Rede Jesuíta de Educação Básica, 2021).

O PEC (2021-2025), portanto, pontua os princípios e valores das instituições que compõem a Rede Jesuíta de Educação, que convergem com as práticas da Educação Inclusiva no ambiente do Colégio Antônio Vieira. São eles:

4 - Cuidado com a pessoa

Postura acolhedora expressa por meio do diálogo e da abertura ao outro, respeitando a dignidade de cada um, de modo que todos se responsabilizem mutuamente e aprendam uns com os outros.

5 - Formação integral

Desenvolvimento das potencialidades da pessoa nas dimensões cognitiva, socioemocional e espiritual-religiosa, por meio de um currículo integrado e integrador.

[...]

7 - Criatividade e inovação

A tradição jesuítica inspira abertura e ousadia para construir projetos e processos que respondam aos desafios da sociedade contemporânea (Rede Jesuíta de Educação Básica, 2021, p. 15).

O trabalho de educação inclusiva no Colégio Antônio Vieira converge com os referidos preceitos, considerando a reserva de duas profissionais Orientadoras com competências técnicas pertinentes para atuar exclusivamente em prol do desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais, com o suporte dos estagiários mediadores, mantendo o olhar atento às suas especificidades e trabalhando para incluí-los no ambiente escolar, com o respeito à sua dignidade e favorecendo o aprendizado mútuo.

O trabalho da instituição na educação inclusiva envolve o desenvolvimento dos alunos nas três dimensões supramencionadas, com o apoio do Serviço de Orientação Educacional (SOE), com o papel das Orientadoras e Estagiários(as), responsáveis pelo acompanhamento dos alunos, bem como dos demais profissionais educadores envolvidos, direta ou indiretamente. Isso não significa, porém, que este processo é isento de dificuldades e obstáculos. Pautando-se nas leis e outros parâmetros educacionais, o Colégio possui práticas atuais que buscam superar, na medida do possível, o desafio constante que vem sendo a efetivação da educação inclusiva na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, o Projeto Educativo Comum (2021-2025) da Rede Jesuíta de Educação debruça-se sobre as dimensões do projeto educativo, destacando-se os seguintes itens que tratam sobre a Educação Inclusiva:

49 A proposta de educação inclusiva consiste em pôr em prática um novo conceito, que tem como base tornar a educação acessível às pessoas e, com isso, atender às exigências de uma sociedade que vem combatendo preconceitos, discriminações, barreiras entre indivíduos, povos e culturas. Uma escola inclusiva oferece não apenas recursos especializados, mas também um espaço que valoriza a diversidade, no qual se experimentam as vantagens de um ensino e de uma aprendizagem cooperativos, em que todos ajudam e são ajudados.

50 A proposta de educação da Companhia de Jesus comunga com a perspectiva da educação inclusiva, visto que sua finalidade é proporcionar educação integral para todos os estudantes. Assim, as Unidades da RJE entendem a educação inclusiva como garantia das condições de aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de suas condições. Em cumprimento à legislação vigente e contemplando um dos compromissos do SIPEI e reforçado pelo documento Colégios Jesuítas: Uma Tradição Viva no Século XXI, a prática de educação inclusiva constitui um desafio assumido por todas as Unidades como dever de justiça e desafio à nossa competência técnica (Rede Jesuíta de Educação Básica, 2021, p. 41).

Tratando-se do Colégio Antônio Vieira, que é objeto de pesquisa desse artigo, o seu Projeto Político-Pedagógico descreve que a avaliação no contexto da Pedagogia Inaciana não trata somente de medir o conhecimento e o cognitivo do aluno, mas envolve também o comportamento deste, no que tange a atitudes e valores. Deste modo, professores têm o compromisso de revisar os conteúdos e metodologias para superar as dificuldades encontradas, e isso inclui as demandas voltadas à educação inclusiva (Risério, 2022).

Para tornar o aluno protagonista do seu processo educativo e foco do seu aprendizado, o professor precisa intervir, organizar e “despertar no aluno o desejo de aprender a aprender, aprender a ser e a fazer” (Risério, 2022, p. 46). Quando se trata dos alunos com necessidades especiais, abarcados pela educação inclusiva, especialmente aqueles que possuem pouca autonomia, o trabalho se torna ainda mais desafiador e difícil dentro da Pedagogia Inaciana, pois, como despertar nestes alunos o desejo de aprender, considerando as suas particularidades? Como tornar este aluno protagonista do seu aprendizado?

Para que esses alunos possam participar ativamente do seu processo educacional, é necessário que as práticas e recursos sejam devidamente ajustadas às suas demandas específicas, à exemplo de material pedagógico adaptado, profissionais mediadores e tecnologias assistivas, que implicados em todos os projetos pedagógicos, com um olhar

atento e individualizado, além de promoverem a inclusão, fortalecem a cultura do cuidado presente na tradição inaciana.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com fins exploratórios, buscando compreender aspectos subjetivos e contextuais do tema abordado. Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, com base em artigos científicos publicados em periódicos, legislação brasileira e outros documentos da Rede Jesuíta de Educação, localizados por meio de plataformas de busca *online*, como o Google Acadêmico, e pelo próprio site do Colégio Antônio Vieira. A seleção do referencial teórico foi feita a partir da verificação da abordagem de temas relevantes ao objeto de estudo, ou seja, que abordem expressamente temas como “educação inclusiva”, “educação especial”, “inclusão” e “profissional de apoio escolar”, por exemplo. Priorizou-se, ainda, as produções de até 5 anos atrás, de modo a se fornecer uma compreensão rigorosa do tema no contexto contemporâneo, evitando anacronismos teóricos.

A natureza da pesquisa, porém, não é apenas teórica, mas aplicada, na medida em que se lançou mão de coleta de dados empíricos, que foram posteriormente submetidos à interpretação e associação à fundamentação teórica. Procedeu-se a entrevistas semiestruturadas com as 2 (duas) Orientadoras Educacionais que atuam do Ensino Fundamental ao Médio do Colégio Antônio Vieira –instituição de ensino privada da cidade de Salvador, Bahia – como responsáveis pelos alunos com necessidades especiais no Colégio e como supervisoras dos estagiários que os acompanham, considerando que “o instrumento de coleta de dados mais importante nos estudos qualitativos é, sem dúvida, a narrativa dos entrevistados” (Pondé; Mendonça; Caroso; 2009, p. 130).

A coleta de dados foi realizada pessoalmente pela autora, Analista de Gestão de Pessoas no Antônio Vieira, que, deste modo, possui “contato direto e prolongado com o ambiente e a situação que está sendo investigada”, como se espera de um trabalho de campo (Sousa; Santos, 2020, p. 1400). A entrevista foi previamente roteirizada, com três comandos fixos – quais sejam: (i) descrever as principais dificuldades e desafios ao atuar com estagiários de Psicologia e Pedagogia mediadores da inclusão no CAV; (ii) descrever os principais ganhos ao trabalhar com estagiários de Psicologia e Pedagogia mediadores da inclusão no CAV; e (iii) citar sugestões para melhorar o trabalho junto aos estagiários de Psicologia e Pedagogia como mediadores da inclusão no CAV.

Importante destacar que, por opção metodológica, não foi utilizado material formal durante a entrevista e as respostas foram dadas tanto de forma escrita, como oral, afinal, visou-se captar percepções e experiências autênticas, sem a interferência de instrumentos formais que pudessem inibir ou condicionar as respostas das entrevistadas. Os dados obtidos foram analisados de forma interpretativa, relacionando os relatos com os conceitos teóricos abordados na revisão de literatura.

#### **4 RESULTADOS**

Um dos objetivos gerais do Projeto Político-Pedagógico do Colégio Antônio Vieira, baseado nos princípios gerais da Pedagogia Inaciana, é “promover o atendimento educacional especializado e a inclusão escolar fundamentada na atenção à pluralidade e à diversidade” (Risério, 2022, p. 54).

Diante dessa afirmativa, embora não seja estabelecida, na Lei da Inclusão (Brasil, 2015), a quantidade de acompanhantes que são necessários em sala de aula, ou mesmo se deve haver exclusividade no acompanhamento dos alunos, o Colégio Antônio Vieira analisa os diagnósticos caso-a-caso para definir se a contratação será de um acompanhante exclusivo para um aluno específico ou se o acompanhamento será múltiplo, quando o profissional presta apoio a mais de um estudante, concomitantemente.

Segundo Bezerra (2020), o profissional mediador, quando estagiário, geralmente é o estudante de Pedagogia, mas no Colégio Antônio Vieira são também contratados estudantes de Psicologia, tendo em vista a preocupação da instituição com as necessárias intervenções comportamentais, considerando que o curso de Psicologia em diversas universidades oferece componentes curriculares pertinentes à formação para tais mediações, como Psicologia do Desenvolvimento, Psicopatologias, Psicologia Escolar, Psicologia e Educação Especial.

O trabalho de inclusão no CAV é realizado principalmente através de 2 (duas) Orientadoras Educacionais, da área de Psicologia e Pedagogia – com experiência e formação acadêmica específicas – que fazem a intermediação entre aluno com deficiência, família, comunidade educativa, profissionais de apoio e estagiários mediadores. Alguns alunos possuem laudo que comprova a necessidade de um acompanhamento especializado no ambiente escolar, e a partir dessa demanda são contratados os estagiários, que atuam, integralmente supervisionados, com 1 (um) aluno

ou mais, a depender do diagnóstico e dos níveis de suporte necessários. Às vezes, por exemplo, atuam apenas dando o suporte pedagógico em avaliações.

No processo seletivo para estagiários mediadores do CAV, a etapa de triagem de candidatos perpassa por alguns pré-requisitos. São escolhidos estudantes de Psicologia ou Pedagogia, a partir do 2º semestre, que tenham cursado componentes curriculares e/ou cursos livres voltados à área da inclusão que possam dar embasamento teórico para as futuras intervenções junto aos alunos. Além disso, também são consideradas práticas curriculares ou extracurriculares com crianças ou adolescentes que possam contribuir para as ações dentro da função no espaço escolar, como estágio básico, extensão, grupos de pesquisa e trabalhos que permitiram o contato com pessoas desse público. Para os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que são maioria entre os alunos de inclusão, é um diferencial a formação na ABA (Análise do Comportamento Aplicada)<sup>1</sup> ou outro curso sobre o tema, pois, apesar da abordagem não ser obrigatória, oferece importante embasamento para a compreensão do espectro e as possíveis intervenções.

A 1ª etapa da seleção é realizada com o Setor de Gestão de Pessoas, que verifica, além dos pré-requisitos, as eventuais habilidades comportamentais, interpessoais ou emocionais do candidato. Já a 2ª etapa é com as Orientadoras Educacionais, que avaliam o conhecimento do candidato para atuação, levando em consideração o perfil do aluno que necessita do suporte.

Foi a partir da contratação destes estagiários, e diante dos impasses identificados desde a seleção até o efetivo trabalho de mediação escolar por eles realizado, que surgiu a demanda de avaliação destes processos.

Aplicada, então, a entrevista com as Orientadoras, pelo Setor de Gestão de Pessoas, sobre o primeiro quesito – as principais dificuldades e desafios ao atuar com estagiários de Psicologia e Pedagogia mediadores da inclusão no CAV – estas relataram que muitos estagiários não permanecem os 2 (dois) anos previstos no contrato na função de mediadores, o que as preocupa sobretudo porque mesmo o tempo total de estágio previsto parece deixar uma sensação de interrupção do trabalho desenvolvido.

---

<sup>1</sup> A Análise do Comportamento Aplicada (ABA), também conhecida como *Applied Behavior Analysis* em inglês, é uma ciência que se baseia no estudo do comportamento humano e suas interações com o ambiente. É amplamente utilizada para desenvolver estratégias de intervenção, principalmente para indivíduos com transtornos do espectro autista (TEA) e outras condições relacionadas ao desenvolvimento.

Como possíveis motivos para essa saída precoce do estágio, as entrevistadas mencionam o seu perfil geracional<sup>2</sup>, atribuindo-os características como: críticos, exigentes, insubordinados, ansiosos, imediatistas e até imaturos – nem sempre nestas palavras, taxativamente. Elas relatam que os estagiários desejam um trabalho fácil, sem muitos desafios, e possuem uma baixa resistência à frustração quando estão diante de situações inesperadas ou difíceis de lidar. Além disso, costumam não conseguir se adaptar ao cumprimento rigoroso de horários e tratar os supervisores e superiores, de modo geral, em pé de igualdade, demonstrando dificuldade com a hierarquia inerente ao trabalho.

Elas afirmam, ainda, que os estagiários saem do estágio precocemente, também, por costumarem buscar outras oportunidades antes mesmo da finalização do prazo contratual, supondo que para garantir que não irão ficar sem vínculo futuro – no sentido da ansiedade e imediatismo característicos da Geração Z. Mencionam, nesse sentido, que a experiência no Antônio Vieira é bem valorizada no mercado, de modo que isso auxilia os estagiários a angariarem novas propostas, e estes acabam por priorizar as novas experiências.

Como ganhos ao trabalhar com estagiários de Psicologia e Pedagogia como mediadores, as entrevistadas mencionaram que parte dos estagiários costumam estar constantemente atualizados sobre as técnicas e práticas relacionadas à educação inclusiva e os transtornos mais comuns no ambiente escolar, o que pode ser associado não apenas ao fato de que são estudantes e, em paralelo, experienciam a formação acadêmica na universidade, mas também ao fato de que tendem a aprender sozinhos, sobretudo através do ferramental tecnológico sobre o qual possuem especial domínio.

Afirmam as Orientadoras que muitas vezes, os candidatos mencionam nas seleções que aprendem informática, língua inglesa, e técnicas em geral, sozinhos, através das tecnologias digitais.

Em contrapartida, elas observam que esses processos não fornecem nenhum tipo de certificação, por exemplo, o que levanta questionamentos sobre o real domínio dos conteúdos e práticas, ante a ausência de competências técnicas devidamente formalizadas em seus currículos. Assim, surge outra preocupação das Orientadoras: a dificuldade em viabilizar o aumento das suas competências técnicas, pois o acompanhamento é feito mais

---

<sup>2</sup> No mês de abril de 2025, dentre os estagiários lotados no SOE do Colégio Antônio Vieira, tem-se, aproximadamente, 88% pertencentes à geração Z, conforme levantamento autoral. Identificou-se, através de consulta no sistema interno do CAV, que em abril de 2025, haviam 53 estagiários no SOE, e 47 destes tinham até 29 anos.

direta e pessoalmente pelos estagiários, de modo que a sua retirada para formações internas sobre temas da educação inclusiva pode prejudicar o aprendizado e mesmo a estabilidade dos alunos portadores de necessidades especiais no ambiente escolar, que a depender do diagnóstico, não dão conta de ficarem sozinhos, sem o acompanhante.

Na perspectiva das contribuições dos estagiários no trabalho de mediação escolar, segundo a percepção das Orientadoras em resposta ao segundo quesito da entrevista aplicada – os principais ganhos ao trabalhar com estagiários de Psicologia e Pedagogia mediadores da inclusão no CAV – ainda fora apontado, além do mencionado anteriormente, sobre o domínio do ferramental tecnológico, o fato de que os estagiários contratados poderem dar apoio exclusivo aos alunos com maior necessidade de suporte, o que não seria possível caso fossem contratadas pessoas em regime CLT<sup>3</sup>, porque isso implicaria em uma redução da equipe disponível para tal.

No terceiro quesito da entrevista – sugestões para melhorar o trabalho junto aos estagiários de Psicologia e Pedagogia como mediadores da inclusão no CAV – as Orientadoras trouxeram algumas sugestões de melhoria como formação continuada para esse público, de forma sazonal, sobre temas relacionados à inclusão, práticas pedagógicas e ao desenvolvimento socioemocional destes, de modo que possam desenvolver as competências técnicas e emocionais necessárias à mediação e a criação de um núcleo de inclusão no CAV. Outra sugestão foi a formação de um núcleo de inclusão no CAV, com o treinamento de alguns colaboradores de cada setor da diretoria pedagógica para que sejam um suporte a mais na ausência dos mediadores ou Orientadoras.

## **5 DISCUSSÃO**

As entrevistas com as Orientadoras Educacionais que supervisionam estes estagiários e trabalham junto a eles com os alunos com necessidades especiais buscaram entender quais são os principais desafios ao atuar com estagiários mediadores e os principais ganhos em trabalhar com esses futuros profissionais. Em contraposição às dificuldades, foram também identificadas diversas contribuições que a atuação dos futuros profissionais, em particular, oferece ao projeto de implementação de uma educação efetivamente inclusiva na instituição de ensino.

---

<sup>3</sup> Referente à “Consolidação das Leis de Trabalho”, ou seja, regime contratual de prestação de serviço por pessoa física que difere do contrato de estágio, que não consiste, por sua vez, em vínculo empregatício.

Ao final, ainda se propôs a pensar em sugestões que podem ser adotadas pelos setores responsáveis para aprimorar o trabalho junto aos estagiários, minimizando os entraves e maximizando os ganhos envolvidos.

## **5.1 Desafios da mediação escolar dos estagiários**

Verificou-se, dentre os resultados da pesquisa, que muitos dos pontos negativos mencionados pelas entrevistadas estão relacionados diretamente com aspectos geracionais, considerando que acabam por moldar certos perfis comportamentais que nem sempre apenas contribuem com o trabalho a ser desenvolvido. Além disso, o próprio “formato” do contrato de estágio impõe desafios à implementação do projeto de educação inclusiva.

### **5.1.1 Alta rotatividade e tempo limitado de estágio**

Ao serem admitidos, os estagiários não possuem vínculo empregatício, estando vinculados através de um contrato regido pela Lei do Estágio. Esta lei prevê, em seu artigo 11, que “a duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência” (Brasil, 2008).

Bezerra (2020) traz um ponto negativo sobre a mediação de um estagiário, que seria o fato de só poder ficar 2 (dois) anos na função, conforme a Lei do Estágio, pois a alta rotatividade dos estudantes nas atividades profissionais poderia interromper o processo desenvolvido gradativamente junto aos alunos por eles acompanhados.

O estagiário mediador, ao ser contratado, recebe orientações sobre a criança ou jovem o qual irá mediar e o acompanhará durante o ano letivo – podendo ter seu contrato renovado por apenas mais 1 (um) ano, devido à limitação imposta pela lei. Nesse caso, ao fazer a substituição necessária deste estagiário, após os 2 (dois) anos, tem-se uma perda de continuidade do processo de construção de vínculo e consequente desenvolvimento deste aluno, sendo inevitável o retrabalho tanto com o novo profissional a assumir a função, quanto com o aluno em questão.

Entretanto, durante o trabalho realizado ao longo dos anos, no Colégio Antônio Vieira, com este tipo de profissional, pôde-se notar que muitos nem chegam a completar os 2 (dois) anos de vínculo. Os motivos são diversos, mas percebe-se, principalmente, que (i) ao ganharem experiência na área da inclusão, e em um colégio de referência, os

estagiários recebem novas propostas e priorizam agregar novas experiências, contribuindo para sua formação, e, ainda, (ii) costumam buscar outras oportunidades antes do término do contrato vigente.

### 5.1.2 O perfil da “Geração Z” e o mercado de trabalho

Grande parte dos estudantes das graduações, em geral, fazem parte da geração Z. Há, contudo, uma divergência entre autores sobre o intervalo exato que marca tal perfil geracional, portanto faz-se necessário especificar que esta pesquisa considera parte da Geração Z as “pessoas nascidas, mais ou menos, entre 1996 e 2010” (Novaes, 2018 *apud* Novais; Muller; Souza; Fernandez, 2023, p. 7). Considerando o ano de 2025, são as pessoas entre 15 e 29 anos.

Segundo Novais *et al.* (2023), a letra “Z” que denomina esta geração vem do termo “zapear”, ou seja, “trocar os canais da tv de maneira rápida”. Deste modo, considera-se que esta geração está habituada com a efemeridade nas ações, a rapidez dos processos, da aprendizagem, das experiências, o que pode estar relacionado à frequência em que os estagiários saem do estágio sem completar todo o período de vigência contratual. É possível inferir que se sintam mais rapidamente desmotivados, e assim, atravessados pela necessidade de mudar de trabalho.

Novaes, Bertolazzi, Zanandrea e Camargo (2016) dizem que os anseios profissionais da geração são alterados pelo contato fácil com o digital, de modo que muitos confundem vida real e virtual, exigindo agilidade e praticidade em tudo, inclusive nas relações de trabalho. Nesse sentido, a preocupação com a identificação de tendência à fuga de situações desafiadoras e baixa resistência à frustração torna-se ainda mais preocupantes em se tratando do trabalho na educação inclusiva, porque na atuação com os alunos com necessidades especiais, os corriqueiros imprevistos acabam sendo motivos suficientes para o abalo emocional e a desistência do estágio.

Além disso, são tendências geracionais a busca por maior flexibilidade de horários e a dificuldade em lidar com hierarquias igualmente relatadas, pontos estes que influenciam na retenção dos estagiários, pois os horários de entrada e saída precisam ser respeitados para não impactar nas atividades dos alunos, assim como a hierarquia, pois é fundamental que as atividades sejam suficiente e adequadamente supervisionadas pelas Orientadoras.

### 5.1.3 O *déficit* na competência técnica dos estagiários

O percurso acadêmico dos estagiários é bastante diverso, devido às diferenças dos componentes curriculares entre as universidades, os cursos e os semestres em que se encontram.

Apesar de se buscar, na seleção candidatos, àqueles que tenham cursado algum componente curricular voltado à inclusão ou cursos na área, bem como tido contato com práticas, ainda que curriculares, que envolvam alunos com necessidades especiais, depara-se com falta de competência técnica de uma parte considerável para atuar na intervenção junto aos alunos.

Percebe-se que embora se interessem pela temática, nem todos buscam uma formação complementar mais específica, para estudar mais profundamente sobre a educação inclusiva, o que pode estar relacionado à tendência ao aprendizado solitário, apontada como traço frequentemente do perfil da geração Z, segundo pesquisadores da área (Novaes; Bertolazzi; Zanandrea; Camargo, 2016).

O Setor de Gestão de Pessoas do Colégio Antônio Vieira é responsável pela formação de seus colaboradores, que em muitos casos incluem os estagiários. Entretanto, em algumas situações não é possível incluir os estagiários de mediação do SOE, visto que não é viável tirá-los da prática em grupos grandes, deixando os alunos desamparados.

Pensando nessa questão, em 2023, foi feito um treinamento sazonal ministrado pelas Orientadoras de inclusão, no momento do recesso de aula do fim de ano, com esses estagiários do SOE, cujo tema foi “Curso de Educação Inclusiva, Transtornos Mentais e do Neurodesenvolvimento: Estratégias de Intervenção no ambiente escolar”, e carga horária de 12 horas e certificado. O curso foi bastante produtivo, participativo, e aprimorou os conhecimentos técnicos dos estagiários.

Entretanto, esse treinamento apenas não é suficiente para as demandas e lacunas existentes no setor, pois não se trata de uma formação continuada e, por ser apenas uma vez ao ano, não consegue abranger todos os estagiários a tempo, visto que a rotatividade de admissão e saídas é alta.

Outra atividade do núcleo de formação do CAV é a integração de novos colaboradores, com o objetivo de promover a integração dos novos colaboradores e estagiários à nossa cultura organizacional e estimular o senso de pertença. Para essa atividade, também ficam impossibilitados de retirar os novos estagiários do SOE de suas atividades para que participem, sendo esse mais uma lacuna na formação desses.

## **5.2 Contribuições da mediação escolar dos estagiários**

Dentre as contribuições da mediação escolar promovida pelos estagiários, estão a viabilidade de maior individualização das intervenções feitas com os alunos e a familiaridade com as abordagens mais atuais em educação inclusiva. Além disso, o domínio do instrumental tecnológico também foi identificado, o que também se mostra característico dos chamados nativos digitais, incluindo as particularidades da Geração Z também no potencial contributivo dos estagiários na prática da educação inclusiva.

### **5.2.1 Suporte exclusivo aos alunos**

A contratação de estagiários, por não ter vínculo empregatício e, por consequência, ser menos oneroso ao Colégio, facilita a quantidade maior de mediadores acompanhando os alunos de inclusão, o que favorece um apoio mais especializado, especialmente àqueles com maior necessidade de suporte.

O estagiário mediador tem a função de, na medida do possível e considerando o diagnóstico do aluno, gerar autonomia e autogerenciamento deste, facilitando o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas, dando modelos de comportamento sociais, regras e limites, bem como auxiliar pedagogicamente no acompanhamento das atividades acadêmicas. O mediador, quando estabelece o vínculo com o aluno, torna-se um porto seguro para este.

Este suporte não seria tão efetivo caso fossem contratadas, por exemplo, pessoas com vínculo empregatício e que dessem apoio a vários alunos ao mesmo tempo, em sala de aula ou nos espaços comuns, o que evidencia a tamanha contribuição desse “formato” de acompanhamento prestado aos estudantes da instituição.

### **5.2.2 Atualização em relação a conteúdo acadêmico**

A contratação de estagiários, que estão dentro do ambiente acadêmico na sua graduação, favorece uma atualização constante de assuntos, técnicas e práticas relacionadas à educação inclusiva e os transtornos mais comuns no ambiente escolar.

Embora a falta de competência técnica seja um complicador, conforme citado, aqueles que se dedicam e estudam, de fato, sobre a área, contribuem com essas

atualizações, auxiliando na renovação das práticas no colégio. Essas atualizações podem ser discutidas nas supervisões com as Orientadoras, através de trocas, reflexões, sendo um ganho para ambas as partes.

### 5.2.3 Conexão com ferramentas atuais

Embora todas as dificuldades explanadas sobre a contratações de estagiários mediadores da inclusão, devido a pertencerem, em sua maioria, à geração Z, tem-se, também alguns ganhos pelo mesmo motivo.

Segundo Kipnis (2018), os nativos da geração Z são nativos digitais, ou seja, nunca viveram sem tecnologias, tendo facilidade em lidar com ferramentas tecnológicas e com grande acesso a informações. Desse modo, esses estagiários podem contribuir com sugestões de atualizações e ferramentas novas que auxiliem no desenvolvimento dos alunos de inclusão, o que é um bom suporte, visto que alguns profissionais do Colégio, por serem de outras gerações, não conseguem acessar com a mesma facilidade essas tecnologias, o que dificulta no relacionamento e desenvolvimento dos seus alunos.

Além disso, os nativos da geração Z são mais criativos, multitarefas e engajados com as causas sociais, o que também abarca a educação inclusiva, sendo estes pontos positivos nas intervenções daqueles estagiários que realmente se propõem a auxiliar e contribuir com o desenvolvimento dos alunos de inclusão.

### 5.3 Sugestões de alternativas viáveis

Diante das dificuldades apresentadas e dos ganhos em contratar estagiários de Psicologia e Pedagogia como mediadores da inclusão, com a contribuição do Setor de Gestão de Pessoas e das Orientadoras Educacionais da inclusão, apresenta-se algumas sugestões para suprir as lacunas e potencializar os benefícios da sua atuação.

Para lidar com o desafio da alta rotatividade e tempo de estágio, e diminuir o impacto da perda de vínculo e de continuidade no desenvolvimento dos alunos acompanhados, pode-se criar um relatório contínuo, de forma física ou digital, para que o estagiário mediador possa incluir todos os dias, ou em frequências menores, sob orientação da supervisão, as experiências, dificuldades, intervenções, aprendizados, sobre o aluno acompanhado, de modo que o próximo estagiário ou profissional que venha a acompanhá-lo tenha um mínimo de continuidade no processo de mediação junto a esse.

Em relação à imaturidade da geração Z e sua visão sobre o mercado de trabalho, pode-se incluir no programa de formação do Setor de Gestão de Pessoas um treinamento para aqueles que lidam diretamente com esses estagiários, de modo que possam conhecer mais sobre as dificuldades e potencialidades dessa geração, para então conseguir orientá-los e formá-los facilitando o seu trabalho e incentivando-os a crescer no âmbito pessoal e profissional.

Com esse conhecimento, ficará mais fácil lidar com a falta de experiência emocional, a baixa resistência à frustração, além de saberem como aplicar as suas potencialidades dentro do trabalho de inclusão, descobrindo aquilo que motivará esses estagiários a desempenhar um trabalho mais assertivo na educação inclusiva. Nessa formação, pode-se incluir, também, a importância de um trabalho multigeracional, visto que no Colégio Antônio Vieira existem múltiplas gerações trabalhando nos setores em prol de um mesmo propósito.

Para suprir a falta de competência técnica dos estagiários mediadores, visto que a maioria não possui experiência na área, pode-se lançar mão de formação continuada para esse público, a cada dois ou três meses, divididas em várias equipes para que não haja um déficit no local de trabalho. Os temas dessa formação podem ser voltados à educação socioemocional, auxiliando-os a desenvolverem o autocontrole emocional, módulos sobre a inclusão com a utilização de *cases*, tratando sobre as deficiências apresentadas pelos alunos, intervenções e práticas pedagógicas e rodas de conversa para que apresentem as suas dificuldades e oportunidades de melhoria.

Essa é uma forma de, além de melhorar as intervenções dos estagiários na mediação com os alunos de inclusão, incentiva-los ao autodesenvolvimento, tornando-os profissionais mais capacitados.

Uma sugestão para minimizar o impacto da ausência dos estagiários na prática junto aos alunos, devido a retirá-los para as formações acima, seria a criação de um núcleo de inclusão no colégio. Não seria necessário para tal a contratação de novos colaboradores, mas precisaria lançar mão de recursos para treinamento de pessoas-chaves de cada setor pertencente à diretoria acadêmica, com conteúdo voltado à inclusão, tornando-os aptos para agir de modo adequado quando os alunos de inclusão precisarem, sendo um suporte a mais, inclusive na ausência dos estagiários mediadores e orientadoras. Dessa forma, seria possível realizar a formação continuada supracitada.

## 6 CONCLUSÃO

A partir da análise dos dados obtidos, foram evidenciados os principais desafios na implementação das práticas inclusivas no Colégio Antônio Vieira, com a mediação de estagiários dos cursos de Psicologia e Pedagogia, através da percepção das Orientadoras Educacionais que atuam com os alunos de inclusão, por meio de entrevista, e do Setor de Gestão de Pessoas que atua com o recrutamento, seleção, contratação e gestão destes estagiários. Foram levantados, também, os pontos positivos da contratação desses profissionais, através da mesma metodologia.

Percebeu-se que a alta rotatividade e tempo limitado de estágio, a imaturidade emocional de grande parte dos estagiários pertencentes à geração Z, bem como a falta de formação técnica específica, são fatores que impactam diretamente na continuidade e na eficácia do acompanhamento dos alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas.

Em relação aos pontos positivos, notou-se que os estagiários de Psicologia e Pedagogia na mediação com os alunos de inclusão podem contribuir por estarem, em sua maioria, dando apoio exclusivo aos alunos com maior necessidade de suporte, por terem conteúdos atualizados em seus cursos de graduação e terem facilidade com ferramentas atuais que podem servir de assistência a estes alunos.

Diante desse cenário, foram propostas estratégias para suprir as lacunas identificadas, em alinhamento aos princípios da pedagogia inaciana, como na formação integral do sujeito e no compromisso ético com o outro. O foco dessas propostas foi a formação continuada, com ênfase na compreensão das características geracionais, no desenvolvimento de competências socioemocionais e de competências técnicas, que deve ser realizada pelo Setor de Gestão de Pessoas do Colégio Antônio Vieira, tanto para os estagiários mediadores da inclusão, quanto para os demais colaboradores que atuam no apoio à educação inclusiva.

A sugestão da proposta de um relatório contínuo sobre o aluno acompanhado, feito pelos estagiários com supervisão das Orientadoras, dialoga com o princípio inaciano da reflexão e da avaliação contínua, visto que irá garantir uma continuidade das intervenções necessárias.

Por fim, sugeriu-se a criação de um núcleo de inclusão dentro da escola, o que corrobora com o princípio inaciano da ação transformadora, ao favorecer um ambiente institucional comprometido com a justiça social, a colaboração entre setores e a

construção de uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva. Esse núcleo torna-se uma rede de apoio mais sólida, que não depende exclusivamente da presença dos estagiários, tornando o processo educativo mais resiliente e sustentável.

Todas essas ações reafirmam a importância de uma educação inclusiva fundamentada na ética, na reflexão, no cuidado e no compromisso com o desenvolvimento integral de todos os envolvidos e estão dentro da proposta prática da Pedagogia Inaciana (1993, p. 22), cuja uma de suas notas afirma: “a pedagogia, arte e ciência de ensinar, não pode ser reduzida a mera metodologia. Deve incluir uma perspectiva do mundo e uma visão da pessoa humana ideal que se pretende formar.”

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 673–688, 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 set. 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 19 de maio de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Disponível em: [portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) Acesso em: 20 abr. 2025.

COLÉGIO ANTÔNIO VIEIRA. Quem Somos. **Rede Jesuíta de Educação [s.d]**. Disponível em: <https://www.colegioantoniovieira.com.br/o-vieira/quem-somos/> Acesso em: 12 de maio de 2025.

CONTE, Elaine; BASEGIO, Antônio Carlos. Tecnologias Assistivas: Recursos Pedagógicos Para a Inclusão Humana. **Revista Temas em Educação**, v. 24, n. 2, p. 28–44, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rteo/article/view/20242>. Acesso em: 2 de maio de 2025

DA SILVA, Sarah Lopes. Profissional de Apoio Escolar na Educação Infantil: um relato de experiência. **Saberes docentes em Ação**, v. 7 n. 1 (2025). Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/sda/article/view/18854/12567> Acesso em: 04 de abril de 2025.

GUIMARÃES, Thaliane Cristina Alves. **Educação inclusiva e desafios da escola**. 2020. Monografia (Graduação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2020.

Disponível em:

<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5047/1/NC%20Monografia%20Thaliane%20Cristina%20Alves%20Guimara%CC%83es.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2014**. Resumo Técnico. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2013.Pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.Pdf) Acesso em: 04 de abril de 2025.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. O que é a Lei Brasileira de Inclusão (LBI)? **Diversa**, 2025. Disponível em <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-a-lei-brasileira-de-inclusao-lbi/>. Acesso em 04 de abril de 2025.

KIPNIS, Marina Vasconcelos. **Desenvolvimento pleno de adolescentes nativos digitais**: um estudo sobre as possíveis metodologias de ensino. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2484/2/MarinaVasconcelosKipnisDissertacao2018.pdf>. Acesso em: 12 maio 2025.

NOVAES, Simone. Perfil geracional: um estudo sobre as características das gerações dos veteranos, baby boomers, X, Y, Z e ALFA. **Anais do VII SINGEP** – São Paulo – SP – Brasil – 22 e 23/10/2018. Disponível em: <https://singep.org.br/7singep/resultado/428.pdf> Acesso em: 20 mai. 2025.

NOVAES, Tiago; BERTOLAZZI, Marco Aurélio; ZANANDREA, Gabriela; CAMARGO, Maria Emília. Geração Z: Uma análise sobre o relacionamento com o trabalho. **XVI Mostra de Iniciação Científica, Pós-Graduação Pesquisa e Extensão**. Programa de Pós-Graduação em Administração – UCS, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/323862970\\_Geracao\\_Z\\_Uma\\_analise\\_sobre\\_o\\_relacionamento\\_com\\_o\\_trabalho](https://www.researchgate.net/publication/323862970_Geracao_Z_Uma_analise_sobre_o_relacionamento_com_o_trabalho). Acesso em: 06 de maio de 2025.

NOVAIS, Fabiana Kerolayne Lacerda de; MULLER, Letícia Sabrina Azevedo; SOUZA, Mariana Antonia Panice de; FERNANDES, Murilo Rodrigues. **Retenção de Talentos com Enfoque na Geração Z**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Técnico em Administração) – Escola Técnica Estadual (ETEC) Philadelpho Gouvêa Netto, São José do Rio Preto, 2023. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/14297/1/Artigo%20RETEN%C3%87%C3%83O%20DE%20TALENTOS%20COM%20ENFOQUE%20NA%20GERA%C3%87%C3%83O%20Z.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2025.

**PEDAGOGIA Inaciana**: uma proposta prática. Tradução: Pe. Mauricio Ruffier, S.J. São Paulo: Edições Loyola, 1993. Disponível em: <https://redejesuitadeeducacao.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Pedagogia-Inaciana-Uma-proposta-pratica-Companhia-de-Jesus-1993.pdf> Acesso em: 14 mai. 2025.

PONDÉ, Milena Pereira; MENDONÇA, Milena Siqueira Santos; CAROSO, Carlos. Proposta metodológica para análise de dados qualitativos em dois níveis. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, jan.-mar. 2009.

REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Projeto Educativo Comum da Rede Jesuíta de Educação Básica**: 2021-2025. Edição atualizada. São Paulo: Rede Jesuíta de Educação, 2021. Disponível em: <https://www.redejesuitadeeducacao.com.br/wp-content/uploads/2021/08/PEC-Atualizado.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2025.

RISÉRIO, Mariângela. **Projeto Político-Pedagógico do Colégio AntônioVieira**. Ana Paula Marques, José Teixeira Neto, Eliana Bonfim, Léa Pontes (colaboradores). Salvador: Colégio Antônio Vieira, 2022. Disponível em: <https://www.colegioantoniovieira.com.br/wp-content/uploads/2024/06/PPP-VIEIRA.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2025

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. A escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43213> Acesso em: 04 de abril de 2025.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; MOURA, Cleberson Cordeiro de; CASTRO, Daniele Aparecida de Moura; RODRIGUES, Liliane Emilio; MENDES, Lillian Rodrigues Estevanovic; PIO, Marinete Louzada; FRANCIO, Maria Emilia de Souza Melo; BIANCHINI, Tatiani Bonfim. Educação inclusiva e a formação de redes de apoio escolar. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v.17, n.1, p. 01-20, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7421/5203> Acesso em: 04 de abril de 2025.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 293–308, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000200010>. Acesso em: 19 maio 2025.

SILVA, T. F.; OLIVEIRA, J. P. Parcerias interinstitucionais na construção de redes de apoio escolar inclusivas. **Revista Inclusão e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 75-92, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/inclusoc.v15n1.75>. Acesso em: 16 dez. 2024

SILVA, T. F.; OLIVEIRA, J. P. Parcerias interinstitucionais na construção de redes de apoio escolar inclusivas. **Revista Inclusão e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 75-92, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/inclusoc.v15n1.75>. Acesso em: 19 maio 2025.

SILVA, Tamires Santos. **O profissional de apoio escolar a crianças com deficiência: dilemas entre o trabalho educativo e o cuidado**. 2025. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2025. Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/bitstream/tede/1391/2/Monografia%20Completa>. Acesso em: 19 maio 2025.

SOUSA, José Raul de. SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020.

UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues; CHACON, Jerry Adriano Villanova. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. **Revista Educação Especial**, v. 35, 2022. Disponível em: <https://www.faculdadesesi.edu.br/wp-content/uploads/2023/07/Artigo-Prof-Jerry-Adriano-CH.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2025.

WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szarecki; ZANON Regina Basso. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, e217841, 2020.